
Um mapeamento da pesquisa sobre migração e comunicação no Brasil¹

Aline REBOUÇAS ²
Universidade Federal do Ceará, CE

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de mapear a pesquisa sobre migração e comunicação no Brasil. Com base na pesquisa do banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), buscamos identificar quais são os estudos realizados nesse campo, as principais abordagens, bem como a interface entre migração e racismo. Como conclusões iniciais, observamos um reduzido número de pesquisas que tratam do tema da migração na área da comunicação, que estas pesquisas estão mais concentradas nas regiões Sul e Sudeste e que a interface entre comunicação, migração e racismo ainda é pouco explorada.

PALAVRAS-CHAVE: Migrações; Africanos; Jornalismo; Comunicação para a Cidadania.

1. Introdução

As migrações são um processo estruturante das formações sociais na história humana, mas que ganham diferentes contornos e configurações de acordo a cada momento específico. No contexto da globalização, com o aprofundamento das liberalizações para intercâmbio de mercadorias e de fluxos financeiros (CHESNAIS, 1999), o processo de mundialização das mercadorias e da cultura (ORTIZ, 1994) e o avanço das novas tecnologias da informação e da comunicação, o fluxo mundial de pessoas ganha novas dimensões.

A maior facilidade de acesso a informações sobre outros lugares, permitindo às pessoas, ao redor do mundo, obterem conhecimento sobre as culturas, os modos de vida e as possibilidades existentes entre países, e até mesmo para a obtenção de informações

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, do XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC), e-mail: baima.aline@gmail.com.

sobre incentivos à imigração, oportunidades de estudo e emprego em outros países, representa um fator relevante no contexto do aumento das migrações transnacionais.

Não menos importante é o papel simbólico, de construção da imagem de determinados lugares, exercido pelas empresas de comunicação, contribuindo para produção de efeitos de sentidos sobre os lugares, sobre as possibilidades de uma vida melhor, enfim, para a construção de sonhos.

A integração das culturas, tendo forte influência dos países centrais, e a midiaticização das relações sociais em escala global poderiam facilitar o fluxo de pessoas, extrapolando fronteiras, contudo o que assistimos tem sido a criação de inúmeras barreiras a esse processo migratório. Países liberais, que têm se escorado na desregulamentação dos mercados e do livre trânsito das produções culturais nas últimas décadas, ao mesmo tempo, têm criado políticas protecionistas, controles migratórios e barreiras ao acesso a políticas sociais por imigrantes.

Independentemente das motivações, as migrações trazem consigo uma série de implicações políticas, socioculturais e econômicas que pautam diferentes países, induzindo à criação de políticas específicas para lidar com a questão. Diante do aumento substancial nos fluxos migratórios no mundo e das múltiplas implicações geradas por eles, essa questão assume uma centralidade no debate político, econômico e social contemporâneo, estando na agenda das discussões de instituições multilaterais e de negociações internacionais, impactando decisões em nível global.

Convém, aqui, uma breve digressão: apesar de muitos profissionais de comunicação utilizarem os termos migrantes e refugiados como sinônimos ou mesmo como o segundo sendo uma subcategoria do primeiro, não é conveniente manter qualquer tipo de relação direta entre ambos. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur³), não existe uma definição legal uniforme para o termo migrante, embora estatísticas globais em migrações internacionais normalmente utilizem uma definição de migração internacional que inclui os movimentos de solicitantes de refúgio e de refugiados.

Neste artigo, optamos por utilizar o conceito de migrante numa acepção genérica daquelas populações que realizam deslocamentos, independente da motivação, buscando, por exemplo, melhores oportunidades econômicas. Por outro lado, a ideia de

3ACNUR [Agência da ONU para Refugiados]. Perguntas frequentes. Disponível em <<http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

refugiado está intrinsecamente vinculada às condições objetivas de sobrevivência, já que essas pessoas não podem retornar às suas casas em segurança e, por isso mesmo, têm proteções específicas asseguradas pelo direito internacional.

2. Breve contexto das migrações no Brasil e no mundo

Segundo dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (Desa)⁴ da Organização das Nações Unidas (ONU), o número de migrantes internacionais alcançou a marca de 258 milhões em 2017. Dentro desta cifra, 25,9 milhões são refugiados.

Ainda de acordo com o último relatório da Desa, o número de migrantes internacionais aumentou mais rápido do que o crescimento da população, chegando a um total de 3,4% da população global em 2017, enquanto, em 2000, o percentual era de 2,8%. Entre 2000 e 2017, a Ásia recebeu mais migrantes internacionais do que qualquer outra região, tendo acréscimo de 30 milhões de migrantes nesse período, representando um aumento líquido de 1,8 milhão de migrantes por ano. Europa teve o segundo maior acréscimo, 22 milhões, seguidos pela América do Norte (17 milhões) e pela África (10 milhões).

Frente a esses números, essa questão ganha importância ainda maior na Europa, que enfrenta sua maior onda migratória desde a Segunda Guerra Mundial, com expressivo fluxo, o que é intensificado, entre outros fatores, pela guerra na Síria⁵. Países europeus são o destino de muitos refugiados devido, ainda, ao maior controle de fronteiras de países como a Jordânia, o Líbano e a Turquia, que já acolheram milhões de refugiados, e ao aprofundamento da crise na Líbia.

A crise humanitária gerada por esse processo tem pressionado os países a reformularem suas políticas de imigração.

Organizações de direitos humanos defendem a necessidade de os países receptores contribuírem com os imigrantes pelo princípio de solidariedade internacional, porém essas responsabilidades têm sido recebidas com fortes reações internas a cada país, como se tem verificado na ascensão de grupos conservadores na França e na Alemanha, na quase vitória eleitoral na Áustria, além da postura já adotada pelo

4 UN. International Migration Report 2017. Disponível em:

https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf

5 Em março de 2011, protestos pró-democracia eclodiram na cidade de Deraa, inspirados pela Primavera Árabe. A violência com que o governo de Bashar al-Assad reprimiu os protestos, ampliou a revolta dos manifestantes. Aos manifestantes, somaram-se grupos armados e de militares dissidentes, e o país mergulhou em uma guerra civil que perdura até hoje.

governo da Hungria, que tem sido rigoroso no tratamento dado aos migrantes.

Diante desse contexto, o Regime Comum de Asilo Europeu (RAEC), criado em 1990, está sendo reformulado.

Nos Estados Unidos, maior receptor de migrantes do mundo⁶, essa questão ganhou especial relevância midiática com a eleição, em novembro de 2016, do presidente Donald Trump. Com posicionamentos contrários à imigração, o presidente adotou medidas que demonstram o direcionamento conservador em relação às imigrações – protecionista contra origens específicas e desvinculado dos acordos internacionais relacionados aos direitos humanos dessas populações.

Em 19 de junho de 2018, a saída dos Estados Unidos do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) é também relevadora do direcionamento dado pelo governo do país a questões que envolvem os direitos humanos.

Diante dessa conjuntura internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs um acordo, conhecido como “Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular”, que foi aprovado pelos Estados-membros, com o apoio da Assembleia Geral da ONU, em julho de 2018.

O pacto assinado, numa assembleia intergovernamental em Marrakech, no Marrocos, em 10 de dezembro de 2018, por 164 países - dos 193 que compõem as Nações Unidas, foi o primeiro em nível mundial que tratou da questão dos fluxos migratórios. Mesmo não sendo vinculativo, ou seja, não impondo sanções para as nações que desrespeitarem suas diretrizes, ainda foi refutado por 29 países, entre eles estão os Estados Unidos, Hungria, Austrália, Itália e Israel. O Brasil chegou assinar, ainda no governo Temer, porém retirou-se em 2019, após Jair Bolsonaro assumir a presidência.

3. Passado e presente das migrações no Brasil: do Estatuto do Estrangeiro à Nova Lei de Migração

⁶Fonte: Desa/ONU. UN. International Migration Report 2017. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf

No Brasil, a questão da imigração também esteve historicamente presente, fazendo parte inclusive do processo de formação da identidade nacional do país. Barreto (2015) faz um recorte histórico sobre as diferentes fases da imigração no país, entre 1808 e 2015, de acordo com o contexto de cada período. No início do século XIX, de 1808 a 1870, o número de entradas era considerado irrisório (não excedia 3 mil pessoas ao ano).

Nos anos seguintes, essa imigração passa pelo momento que o autor chama de “A afirmação do imigrante”, de 1889 a 1930, quando é emplacada pelo governo a tese de que o futuro do Brasil dependia da mão de obra europeia, contexto que caracterizou uma valorização da vinda desses imigrantes do “Norte” e a tentativa de embranquecimento do país. Após esse período, chega-se à Era Vargas, com seu projeto nacionalista, seguido por períodos ainda mais instáveis para os imigrantes, durante as ditaduras civis-militares. De 1964 a 1980, a doutrina da segurança nacional (DSN) ganha força no país a partir da ascensão dos regimes totalitários. Em 1980, é criada a lei 6.815, que ficou conhecido como o Estatuto do Estrangeiro.

O Estatuto manteve o legado nacional de discriminação e xenofobia: restringia os direitos políticos e a liberdade de expressão dos estrangeiros e permitia que o Estado brasileiro continuasse a adotar políticas discricionárias em relação aos imigrantes (Barreto, 2015). Essa doutrina perdurou até o ano de 2017. Somente em 25 de maio de 2017 foi sancionada a Nova Lei de Migração.

A construção da nova lei, que substituiu o Estatuto criado na ditadura militar, contou com ampla participação popular e representa um avanço no tratamento dado ao estrangeiro no país, passando da concepção de que o estrangeiro é uma ameaça à segurança nacional para uma visão voltada aos direitos humanos, atualizando garantias e princípios constitucionais antes só concedidos a brasileiros.

Esse avanço na legislação não ocorreu sem protestos de setores anti-imigração. Em 2017, o então presidente Michel Temer sancionou a lei, mas com 20 vetos, retirando parte significativa das propostas construídas coletivamente do projeto original. Ainda assim, a nova lei foi considerada um avanço no tratamento dado ao imigrante no país.

Uma das mudanças mais importantes promovidas pela nova lei foi a inclusão do visto temporário para acolhida humanitária que não existia anteriormente. Essa alteração facilitará a regularização de imigrantes, como os Haitianos, que têm buscado o Brasil como destino, principalmente após o agravamento da crise do país após o

terremoto de 2010. De acordo com o Decreto: “O visto poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário (art. [36](#), do Decreto n. [9.199/2017](#)).”

Porém, a publicação do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que deveria regulamentar a Lei de Migração, foi feita sem um prazo adequado para manifestação da sociedade civil e com proposições que, de acordo com organizações de Direitos Humanos, como a Conectas, teriam desvirtuado o espírito da lei.

Outro ponto questionado foram os prazos exíguos para a efetivação de registro migratório e expedição de documentos, que passaram de 90 para 30 dias – tempo bastante curto tanto para o migrante, que corre sérios riscos de não conseguir o que pretende, como para a Polícia Federal, que pode não conseguir atender a demanda.

O limbo gerado entre sua regulamentação e a preparação dos órgãos públicos para a aplicação das novas regras da norma em vigor também gerou impedimentos para atuação dos órgãos que trabalham com migração.

Bruna Gaspar (2018) afirma que:

Os eventos vivenciados pelos estrangeiros e pelos operadores do direito migratório demonstram que o prazo da *vacatio legis* - entre a publicação da lei e o início de sua vigência - não foi suficiente ou não foi aproveitado adequadamente para que os sistemas internos do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Justiça fossem atualizados e os seus servidores públicos devidamente instruídos quanto aos procedimentos novos (...). Por conta disso, o fluxo das atividades de algumas Delegacias da Polícia Federal - órgão responsável pela renovação de vistos - ficou severamente comprometido, o que resultou em atrasos e até na impossibilidade temporária de atendimento. Ela denunciou ainda a insegurança jurídica causada aos imigrantes: “tais ocorrências causaram problemas expressivos para o estrangeiro, que fica à margem da lei e sujeito a penas de multa e até mesmo deportação apesar de todos os seus esforços para regularizar sua situação.

O processo de aprovação da Nova Lei de Migração e para a publicação do Decreto nº 9.199/2017 mostra que a política de migração adotada no país e o tratamento dados aos imigrantes ainda estão em disputa entre os que defendem o princípio norteador da nova lei, de garantia de proteção aos direitos dos imigrantes, e os que buscam restringir esses direitos, esvaziando a proposta original.

3. Um mapeamento da pesquisa sobre migração e comunicação no Brasil

O contexto apresentado nos tópicos anteriores revela que a questão da migração tem tido bastante relevância ao longo da trajetória do país e tem sido uma questão sobre a qual o governo e a sociedade civil organizada têm se debruçado bastante nos últimos anos, não só por conta dos impactos promovidos pelos novos fluxos migratórios, entre eles podemos citar o fluxo de migrantes venezuelanos no Norte do país, como também por conta da introdução de um novo marco regulatório sobre o tema.

Esses processos de disputa em torno da questão das migrações ocorrem não só no âmbito econômico e político como também se dão no campo simbólico.

Analisar o papel das comunicações no contexto das migrações nos permite perceber como a mídia contribui para a construção social de realidades, incidindo também nessa correlação de forças em torno das políticas adotadas tanto em nível local quanto global.

Observamos, contudo, que o número de pesquisas que tratam da temática da migração no âmbito da comunicação ainda é reduzido, a despeito de esse tema ter assumido centralidade no debate nacional e internacional nos últimos anos.

No intuito de mapear os estudos já realizados sobre migração, no âmbito da comunicação, e de verificar como esse tema tendo sido abordado, realizamos uma pesquisa no catálogo de dissertações e teses da CAPES.

Essa pesquisa foi realizada em etapas distintas. Na primeira, buscamos identificar as pesquisas que tratavam especificamente das migrações no âmbito do jornalismo. Depois, ampliamos o escopo da pesquisa para verificar em quais outras áreas da comunicação esse tema estava sendo abordado.

Num segundo momento, considerando que as questões étnico-raciais têm extrema relevância no contexto das migrações, que parte considerável da população de imigrante no Brasil é negra e indígena e diante do contexto histórico de racismo no país em relação a essas populações, buscamos identificar as pesquisas que fazem a interface entre comunicação, migração e racismo e, depois, focamos nas pesquisas que tratavam especificamente da relação entre comunicação e racismo no âmbito do jornalismo.

Ao observar o número de pesquisas, seguimos por mais dois caminhos: a) identificar se existia um número significativo de pesquisas com o tema do racismo e comunicação, já que não estava sendo abordada a contento nos estudos envolvendo comunicação e migração; b) uma vez que estava sendo pouco pesquisada na

comunicação, buscamos verificar em quais áreas de conhecimento a relação entre migração e racismo estava sendo estudada.

O panorama observado nessa análise foi o seguinte:

Na pesquisa realizada, no dia 10 de janeiro de 2019, com os termos jornalismo AND migração, foram encontradas apenas 20 pesquisas no período entre 2007 e 2018: 12 dissertações de mestrado e oito teses de doutorado. Destas, somente seis tratam efetivamente de deslocamentos de pessoas. As outras, tratam de migração de plataformas no jornalismo, de modelos de convergência etc.

Na busca com os termos jornalismo AND migrações, foram encontrados 12 resultados no período entre 2002 e 2018, porém somente cinco deles tratam efetivamente do tema das migrações populacionais. Destas cinco, duas delas já haviam sido encontradas na busca com o termo jornalismo AND migração.

Após esse mapeamento mais específico, buscamos ampliar o escopo da pesquisa, a fim de identificar as pesquisas que abordavam a relação entre migração e comunicação, abrangendo assim outras áreas para além do jornalismo, como publicidade, educação, entre outras.

Na pesquisa com os termos comunicação AND migração, encontramos 367 resultados no período de 1997 a 2018: 256 pesquisas de mestrado e 92 de Doutorado. Contudo, ao restringirmos essa busca para os estudos somente no âmbito das ciências sociais e ciências humanas, o número é reduzido para 165, sendo 96 na área de comunicação. Destas, somente 23 tratavam efetivamente de migração populacional.

A divisão entre os tipos de mídia analisados no escopo das pesquisas encontradas envolvendo comunicação e migração foi a seguinte (Tabela 1):

- Migração e jornalismo impresso /análise de mídia - 10
- Migração e interações socioculturais (nesse caso, o foco foi a comunicação interpessoal) - 5
- Migração e internet e novas TICs - 5
- Migração e rádio - 1
- Migração e fotografia/ artes visuais - 2

As nacionalidades estudadas nas pesquisas e a região/estado/município onde foi focada a pesquisa foram (Tabela 2):

- Emigração - brasileiros no exterior (nos EUA, na Suécia e na Espanha)

- Migrações internas (nordestinos no Rio de Janeiro, cearenses em São Paulo)
- Migração chinesa no Rio de Janeiro
- Diáspora latinoamericana no Brasil
- Migração boliviana em São Paulo
- Migração uruguaia no sul
- Migração andina no rio de janeiro
- Migração haitiana no Brasil
- Migração síria no Brasil
- Migração de forma geral, sem especificar nacionalidade, e refugiados
- Migrações em São Caetano do Sul
- Migrações em São Paulo

Ao realizar a busca com as palavras-chaves comunicação AND racismo AND migração, foram encontradas apenas duas pesquisas: uma intitulada “O ‘eu’ confronta o ‘outro’: o que (re)velam as manifestações de brasileiros sobre Haitianos nas mídias e redes sociais digitais”, de Maristela Abadia Guimarães, de doutoramento em educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, e outra de Rosana Garcia Gonçalves, do mestrado em Educação, Administração e Comunicação da Universidade São Marcos, sobre “a política de ação afirmativa para afrobrasileiros e o debate das cotas nas Universidades”.

Mesmo quando não se trata especificamente da relação entre migração e racismo, o tema mais amplo, do racismo no jornalismo, também é pouco explorado na academia. Na pesquisa com os termos jornalismo AND racismo, foram encontradas somente 15 matérias. Destas, somente 10 tratavam efetivamente do tema. Ampliando a busca para os termos “comunicação AND racismo”, foram encontradas 147, mas 57 na área da comunicação. Muitos destes trabalhos foram no âmbito da publicidade.

Em outras áreas de estudo, observamos um número também ainda reduzido de pesquisas relacionadas à migração africana no Brasil. Na busca dos termos Africanos AND migração AND Brasil foram encontradas 37 pesquisas.

Destas, 7 tratam da migração para fins de estudo, sobretudo em Universidades públicas brasileiras. Porém, diferente das pesquisas em comunicação com esse tema, elas apresentam um equilíbrio entre os estados, tendo sido realizados vários estudos nas regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste. Esses estudos se dão sobretudo nas áreas de Sociologia/Antropologia, Psicologia e Geografia.

Em se tratando do tema da relação entre Brasil-África e estudantes africanos no Brasil, observamos uma quantidade significativa de estudos abordando esse tema, sobretudo nas áreas de Sociologia, Psicologia e Educação.

Somente sobre o tema da cooperação no âmbito da educação entre Brasil e África (termos Cooperação AND Universidade AND Africanos) foram encontradas 56 pesquisas, com temas como cooperação técnica Brasil - PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa) e também sobre o Convênio com países africanos por meio do Programa Estudante - Convênio de Graduação (PEC-G). Este último foi fruto de estudos em Universidades de Brasília, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Piauí, Campina Grande, Goiânia e Mato Grosso.

ElHajji e Escudeiro (2017) traçam um quadro sistematizado sobre os estudos migratórios desenvolvidos no campo da Comunicação – área das chamadas Ciências Sociais Aplicadas –, ao longo do tempo, no Brasil. Para tanto, utilizaram como *corpus* de análise os sites oficiais dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Comunicação do país, Currículos Lattes dos professores/pesquisadores das universidades e anais dos congressos anuais da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós).

No artigo, os pesquisadores apresentam os números dos cursos de pós-graduação no país, destacando a má-distribuição deles entre as diferentes regiões brasileiras:

Em sua última avaliação dos programas de Pós-Graduação stricto sensu, realizada em 2013, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, apontou a existência no Brasil de 45 PPGs, que oferecem 20 cursos de doutorado, 44 mestrados acadêmicos e um mestrado profissional. A distribuição espacial desses cursos, no território brasileiro, é bastante desigual. O Estado de São Paulo, por exemplo, possui 13 PPGs – e toda a região Sudeste, tem 23, ou seja, concentra 51% dos cursos de pós-graduação em Comunicação no país. Em contraste, a região Norte possui apenas dois – o equivalente a 4,5% do total. A região Sul possui oito PPGs (17,7%); a região Nordeste, sete (15,5%); e, a região Centro-Oeste, quatro (8,8%). (ElHajji e Escudeiro, 2017, p.183).

Esse dado traz um elemento para análise sobre as razões das lacunas nos estudos sobre migração em regiões como o Norte e o Nordeste do país, porém este, por si só, não justifica esse desequilíbrio nas pesquisas.

Eles apontam que, até 2017, no país, dois Programas concentravam a maioria dos estudos migratórios no Brasil: o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e

Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo à frente principalmente o docente Mohammed ElHajji, e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), que tinha a professora/pesquisadora Denise Cogo como responsável por orientar a maioria dos estudos nessa área.

Sobre os principais conceitos abordados no campo apontam:

Numa análise geral, verificamos que os trabalhos sobre a temática migratória no campo da Comunicação privilegiam categorias como: fronteira, identidade, memória e narrativa e comunidades. Há uma predominância de estudos que relacionam tais abordagens com as TICs. (ElHajji e Escudeiro, 2017, p.188).

Em relação aos aspectos metodológicos, eles identificaram que:

as pesquisas seguem uma abordagem qualitativa, com uso das técnicas de entrevista, estudo de caso, história oral, observação, análise de conteúdo e de discurso e recepção – seguindo uma tendência da Comunicação em geral. A base teórica utilizada nestes trabalhos são as Ciências Humanas e Sociais, com ênfase nos Estudos Culturais (ElHajji e Escudeiro, 2017, p.188).

Além das categorias já citadas pelos pesquisadores, acrescentaria duas outras que foram encontradas nas pesquisas catalogadas no Banco de Teses e Dissertações da Capes: a da Diáspora e a de Transnacionalismo:

A experiência da diáspora, como aqui a pretendo, não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção ‘identidade’ que vive com e através, não a despeito, da diferença; por hibridização. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença. (Hall, 1996, p. 75)

Já o conceito de Transnacionalismo tem sido mais utilizado nas pesquisas que estudam a utilização da internet, redes sociais e demais TCIs por migrantes.

Entender o contexto atual de globalização no sistema capitalista, com todas as suas implicações nos diversos campos, é fundamental para se pensar a questão das migrações na contemporaneidade. HALL (2008) aponta as exclusões geradas pelas desigualdades como fatores importantes para o contexto da dispersão, da diáspora: “a pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – os legados do império em toda parte – podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento – a dispersão.”

A imagem e a construção social sobre o migrante dão-se a partir de uma conjunção de fatores, que conformam representações desse grupo social, por meio dos discursos produzidos, com base em concepções culturais e por influência de interesses econômicos, sociais e políticos, que são modificáveis ao longo tempo.

Para entender como esse fenômeno social é abordado pelas empresas de comunicação comerciais é necessário entender os modos de funcionamento dos meios de comunicação e as condições sociais, políticas e econômicas nas quais esses meios estão inseridos.

O estudo dos sistemas de comunicação não pode prosseguir sem compreender as condições sociais, tecnológicas, econômicas e políticas nas quais os sistemas de representação estão situados na sociedade – como eles são institucionalmente organizados, como eles se vinculam a posições e estruturas específicas de poder, e como eles são atravessados pelo campo e pela operação do poder” (Hall, 2016, p.42).

Com as mídias digitais, que complementam, mas não suplantam os meios próprios do século XX (rádio e TV), há uma mudança do estatuto do processo de mediação social a partir das tecnologias de informações e de comunicação.

Desta forma, as empresas de comunicação têm um papel de extrema relevância na construção dessas imagens, seja fornecendo contrapontos, seja construindo ou reforçando estereótipos que constituem verdadeiros muros simbólicos. Ora contribuem para sensibilizar a população sobre a situação em que vivem milhares de migrantes no mundo, para difundir os intercâmbios culturais, ora alimentam preconceitos, reforçando uma relação de estranhamento. O imigrante é o outro, o de fora, o sem-lugar, o que ameaça o emprego dos locais, o que contribui para o aumento da violência etc.

O sentido não pode ser conceituado fora do campo de disputa das relações de poder. Elas são a maneira em que o discurso é articulado ao poder, e isso é um modo total e radicalmente diferente de tentar conceituar a relação entre o campo regional da comunicação e as relações sociais, culturais, econômicas e políticas das formações sociais nas quais elas operam (Hall, 2016, p.42).

Entender a construção de sentidos sobre a questão das migrações, tomando-se em conta esse contexto no qual essas empresas de comunicação estão inseridas, permite-nos compreender o próprio sistema e seu funcionamento, daí a relevância para o estudo desse fenômeno pela comunicação.

Esse processo não acontece sem disputa. Essa construção não é um processo homogêneo e os sujeitos contribuem ativamente na disputa por esses sentidos

construídos e/ou difundidos pelas empresas de comunicação. Kellner (2001) propõe a adoção de uma linha de “multiculturalismo crítico”, na qual o foco estaria voltado para a análise das relações de dominação e opressão, do modo de funcionamento dos estereótipos e da resistência dos grupos estigmatizados a representações dominantes.

Canclini (2005, p. 17) recorre à noção de interculturalidade, como uma alternativa à despolitização do multiculturalismo e sua inclinação segregadora, no sentido que o conceito de interculturalidade traz em sua significação a ideia de troca, negociação dos limites de convivência entre diferentes, lutas pelos direitos políticos, cidadania e representação; remetendo à confrontação social e ao entrelaçamento simbólico.

Nesse processo de disputa e construção de sentidos, os grupos socialmente excluídos também incidem, agendando suas pautas nas diversas formas de ação social e política, seja por meio dos movimentos sociais, do *advocacy*, da produção de debates acerca de suas pautas na esfera pública. É nesta relação que os valores culturais são negociados.

4. Conclusões

Com base no mapeamento realizado, observamos não só um reduzido número de pesquisas nesse campo, como também uma carência de abordagens numa perspectiva interseccional, envolvendo todas as complexidades que os diferentes contextos migratórios implicam, como as questões de gênero, raça, classe.

Uma lacuna que pôde ser observada com a revisão bibliográfica sobre o tema é que os estudos disponíveis têm se dado sobretudo na região Sul e Sudeste, sobretudo nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

EiHajji e Escudeiro (2017) apresentam os números dos cursos de pós-graduação em comunicação no país, destacando a má-distribuição deles entre as diferentes regiões brasileiras. O dado explica em parte o motivo do reduzido número pesquisas sobre o tema das migrações, nessa área, em regiões para além do Sudeste e Sul do país, mas não é capaz, por si só, de justificar essa lacuna nos estudos da comunicação.

Esse panorama revela a necessidade de mais estudos nessa área em outras regiões do país, de modo que se possa analisar as especificidades e complexidades da realidade migratória face aos contextos culturais, econômicos, políticos e sociais que variam também em função de características regionais.

Entre as pesquisas realizadas sobre migração no âmbito da comunicação, nenhuma delas tratava das migrações de países africanos ao Brasil, embora o número de imigrantes dessa origem tenha sido bastante relevante nas últimas décadas, tendo tido um aumento de mais de 30 vezes entre 2000 e 2012⁷. Essa constatação revela a necessidade de que pesquisadores da área se voltem para esse tema.

A relação da comunicação com a migração e o racismo não tem sido muito explorada, embora essa problemática seja um elemento fundante nas relações que se estabelecem entre os locais e os migrantes, principalmente os negros ou os indígenas. Conforme (BORGES e BORGES, Roberto Carlos da Silva Borges e Rosane Borges (orgs.).

Os estudos concernentes à mídia convencem-nos de que este tem sido um “território” interdito às populações negras e, também, um espaço de constante criação de estereótipos. Se levarmos em consideração que as mídias formam/ produzem opiniões, e não somente informam/ reproduzem (sobre) fatos, podemos inferir que a imagem de negros e negras que se quer incutida ou ratificada no imaginário social ainda tem sido, com grande frequência, a daquele(a) que ocupa o “lugar a menos”. BORGES, Roberto Carlos da Silva e BORGES, Rosane (orgs.), 2012, p.36

Embora ainda reduzido, o aumento do número de pesquisas que tratam da questão entre racismo e migração mostra que atuação do movimento negro colocando a pauta do racismo estrutural no Brasil tem se refletido na academia e também na comunicação, embora tenhamos observado que essa incidência tem se dado mais a contento em outras áreas que têm um maior histórico de debate sobre as questões estruturantes das relações sociais no Brasil – raça, gênero e classe.

Outro elemento importante para se pensar esse crescimento, quando se observa o maior número de pesquisas que tratam da migração, comunicação e racismo, é a criação de políticas públicas para igualdade racial, como a criação, em 2013, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a partir do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro; e a política de estreitamento das relações Sul-Sul, durante os governos do presidente Lula (2003-2011), que fomentou ações como a criação de duas Universidades Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia

7 O relatório da PF diz que, em 2000, viviam no Brasil 1.054 africanos regularizados de 38 nacionalidades, mas o número saltou em 12 anos para 31.866 cidadãos legalizados provenientes de 48 das 54 nações do continente. Fonte: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/imigracao-africana-no-brasil-aumenta-30-vezes-entre-2000-e-2012.bcdedc77d62e5410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>

Afro-Brasileira (Unilab), em 2010, com o intuito de promover a integração entre os países latinoamericanos e os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Esses elementos nos permitem inferir que a criação de políticas que favorecem a redução de desigualdades e a implantação de ações afirmativas para grupos socialmente excluídos incidem no aumento da produção de discursos contra-hegemônicos tanto na academia quanto nos meios de comunicação, contribuindo para uma maior pluralidade de discursos em circulação na sociedade.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Gustavo Barreto de. **Dois séculos de imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015**. 2015. 545 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

CHESNAIS, François. **La mundialización financiera: génesis, costo y desafíos**. Buenos Aires: Editorial Losada, Moreno 3362, 1999.

GASPAR, Bruna. Insegurança jurídica para estrangeiros. **Valor**, 22 de jun. 2018. Disponível em <https://www.valor.com.br/legislacao/5612703/inseguranca-juridica-para-estrangeiros>. Acesso em 25 de jun. 2019.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**; Organizacao Liv Sovik; Traducao Adelaine La Guardia Resende et all.- Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasilia: Representacao da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **Matrizes**, v.10, n. 3, p. 33-46, set/dez, São Paulo, 2016.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAUTASSO, Diego; ALBANUS, Adriana Pilar: O Brasil e a cúpula América Sul-África: um país emergente nas relações sul-sul. In: **Século XXI**, Porto Alegre, V. 3, Nº1, Jan-Jun 2012.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.